

DESVELANDO O EU NO CAMPO DO OUTRO: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DO ASSUJEITAMENTO E A AUTOANÁLISE COMO VIA DE TRANSFORMAÇÃO SUBJETIVA

Francisco Danilo Amaral Ramalho

Mestre em Gestão de Negócios e Psicanalista
Faculdade Senac Ceará

<https://orcid.org/0009-0005-0417-0511>

DOI: [10.5281/zenodo.16891620](https://doi.org/10.5281/zenodo.16891620)

Resumo

Este artigo, embasado na formação em Psicanálise Clínica e na experiência de autoanálise do autor, propõe uma reflexão aprofundada sobre o assujeitamento como estrutura fundante da constituição do sujeito. Dialogando com autores como Jacques Lacan, Louis Althusser, Michel Pêcheux, Donald Winnicott e Olavo de Carvalho, o texto percorre a interseção entre linguagem, ideologia e desejo, apontando que não há sujeito fora do campo do Outro. A metáfora da "arqueologia de si" é desenvolvida para representar o trabalho analítico necessário para acessar o Eu encoberto pelas camadas simbólicas e discursivas do Outro, com a autoanálise servindo como solo reflexivo e clínico. A dinâmica de mecanismos de defesa, com destaque para o recalque e a racionalização, é abordada como obstáculo e caminho para o desvelamento da verdade subjetiva. Por meio de referências literárias e casos paradigmáticos como Tarzan, Mogli e Kaspar Hauser, a universalidade do assujeitamento é ilustrada, ampliando a compreensão da condição humana. A clínica psicanalítica é apresentada como uma travessia de escuta e palavra, um espaço ético e poético que possibilita a ressignificação do sofrimento e o acesso a um desejo mais autêntico, fomentando uma liberdade subjetiva que nasce do reconhecimento do próprio assujeitamento.

Palavras-chave: Psicanálise; Assujeitamento; Sujeito; Outro; Mecanismos de Defesa;

1. INTRODUÇÃO

A psicanálise, compreendida como um vasto campo de estudo e prática, manifesta-se essencialmente pela magnanimidade e liberdade. A magnanimidade, que se traduz como uma "alma grande", acolhe a pluralidade de trajetórias profissionais, permitindo que indivíduos de diversas áreas, incluindo o próprio autor, que é da área de gestão e comunicação, dediquem-se ao ofício de intervir nas "almas humanas" como



psicanalista, configurando-se não como uma jornada acadêmica hermética, mas como um encontro profundo com a complexidade da condição humana. A liberdade inerente à psicanálise, embora orientada por métodos e conceitos estabelecidos, oferece uma flexibilidade de aplicação que, contudo, exige uma profunda responsabilidade devido ao seu objeto de trabalho primordial: o inconsciente. Conforme Freud (1996), "a psicanálise é, em essência, uma cura pelo amor", o que sublinha a ideia de que a ferramenta mais fundamental na prática clínica não reside na técnica em si, mas na postura acolhedora e na capacidade de vínculo do analista, premissas atemporais e cruciais no cuidado com o outro.

O sujeito contemporâneo encontra-se sob a influência de múltiplas vozes do Outro lacaniano, englobando desde redes sociais e ideologias políticas até modelos de sucesso e discursos familiares e institucionais. Apesar da aparente autonomia, muitos indivíduos experienciam uma forma de sequestro por significantes que os constituíram antes mesmo de sua plena consciência, um fenômeno de alienação previamente apontado por Freud e aprofundado por Lacan, que serve como ponto de partida para a presente reflexão. Este artigo tem como objetivo central explorar a constituição do sujeito através do assujeitamento e as possibilidades de desvelamento do Eu por meio da autoanálise e da prática psicanalítica. Para tanto, será estabelecido um diálogo entre a teoria psicanalítica e reflexões filosóficas e antropológicas e, o resultado da aplicação da autoanálise, pelo autor, buscando uma compreensão alinhada aos desafios contemporâneos.

A jornada formativa do psicanalista é intrinsecamente ligada a um processo de autoanálise fundamental de confrontar e compreender as próprias resistências, defesas e conflitos antes de fazer o mesmo com outros. Esse percurso demanda o enfrentamento dos buracos de angústia pessoais, o questionamento de certezas e a lida com a dor inerente ao reconhecimento do próprio assujeitamento, condição do inconsciente que será abordado mais à frente. Tal trajetória transcende a mera teorização, manifestando-se em experiências concretas de transformação, evidenciando a relevância de aproximar a psicanálise de uma perspectiva filosófico-antropológica (condição de plena carência na psicanálise, desde seus fundamentos) que facilite a compreensão integral da complexidade humana. É a partir dessa autoexploração constante do autor, debruçando-se sobre sua própria história e as camadas que constituem o sujeito, que este artigo se desenvolve. Assim, a arqueologia do inconsciente ou da alma inicia-se, primordialmente, com a arqueologia de si – conceito criado pelo autor.



2. REVISÃO DE LITERATURA

Ao abordar o conceito de assujeitamento, referimo-nos, em essência, ao processo fundamental pelo qual nos tornamos sujeitos. Este conceito, central na psicanálise lacaniana, ressoa em diversas áreas do saber, demonstrando sua universalidade e profundidade. Na psicanálise, o sujeito não se configura como um indivíduo íntegro e autoconsciente; ao contrário, é um ser fendido, produzido pela linguagem e constituído a partir da alteridade. Lacan (1985), em sua teoria do significante, postula que o sujeito é um efeito da linguagem, concebido como um lugar vazio preenchido pelos significantes do Outro. Em outras palavras, a origem do nosso discurso não reside em nós mesmos, mas somos, antes, o produto de uma cadeia de significantes que nos precede. Esta é uma das proposições mais radicais de sua obra: o sujeito encontra-se alienado ao Outro, sendo falado por um discurso que não é propriamente seu. Ele emerge na articulação entre o simbólico e o real, onde uma parte do Eu se perde para que a fala possa se concretizar. O sujeito só se constitui como tal a partir do momento em que é capturado por um nome, por uma designação, por um discurso que, antes de ser sEu, pertence ao Outro.

Na filosofia marxista, Althusser (1974) oferece uma aproximação a essa ideia ao descrever o processo de interpelação ideológica, ilustrando como a ideologia interpela os indivíduos e os constitui como sujeitos. A metáfora do policial que grita "Ei, você aí!" para uma pessoa na rua, e o simples ato de a pessoa se virar e reconhecer-se como a interpelada, revela que o sujeito não nasce autônomo, mas se forma a partir de discursos e estruturas preexistentes. Para Althusser, a ideologia não é meramente um conjunto de ideias falsas, mas uma "estrutura material" que nos captura e nos atribui um lugar no mundo. O "Eu Sou" de cada indivíduo é, de fato, a resposta a um chamado, a um assujeitamento anterior. Assim, o "Eu Sou" designa aquele que fomos chamados a ser, a partir do vínculo de nascimento e da inserção social. No contexto clínico, é frequente observar o sofrimento psíquico enraizado na experiência de ter sido nomeado e interpelado, muitas vezes aprisionado em uma designação que já não lhe cabe ou que nunca lhe coube.

Sob um discurso transcendente, a fé cristã, por sua vez, postula que cada pessoa recebe uma vocação ao nascer, conforme expresso na oração de Manuel González



Garcia¹: "que eu ocupe meu lugar, que a cada um Deus mostrou". Isso implica a existência de um lugar que nos é destinado e já foi concebido para nós. Na passagem bíblica do Antigo Testamento, no Livro do Êxodo, quando Moisés indaga o nome de Deus, ele ouve: "Eu sou aquele que sou" (Êxodo 3:14). Neste diálogo, Aquele que não pode ser nomeado apresenta-se como o "Sumo Outro", existindo fora das limitações do simbolismo e da linguagem, em contraste com as criaturas, que são nomeadas e, conseqüentemente, limitadas. A psicanálise, em sua abordagem, revela que o sujeito é sempre um reflexo, uma resposta. Sob a visão judaico-cristã, somente Deus, em Sua essência, pode enunciar um "Eu sou" que não se explica por referência a um Outro, pois Ele é a origem de tudo. O sujeito humano, contudo, é sempre um "eu" em relação a um "outro", que o limita.

Retornando ao discurso imanente, o assujeitamento também é amplamente abordado pela Análise do Discurso. Pêcheux (1990) aprofunda essa reflexão, demonstrando que o sujeito se constitui na própria linguagem, sendo atravessado por discursos carregados de ideologia. O sujeito, muitas vezes, ilude-se ao acreditar ser o autor do que expressa, mas, na verdade, reproduz sentidos já produzidos e historicamente disponíveis. A linguagem, portanto, não é neutra, mas um campo de batalha ideológico. Ao falar, o sujeito não expressa um pensamento puro, mas se apropria de formações discursivas já existentes. Pêcheux (1990) complementa essa perspectiva ao tratar da formação discursiva: nossa fala não surge do vácuo; ela é sempre atravessada por discursos preexistentes, por heranças ideológicas e simbólicas. O sujeito que fala é, invariavelmente, também falado, e aquilo que se apresenta como espontâneo é, com frequência, uma repetição de discursos sedimentados.

Nesse contexto, a proposição de Carvalho (1996), com sua "autobiografia intelectual", oferece um exercício de sinceridade radical para desvelar os "ecos do Outro" que são assimilados como próprios. Segundo Carvalho, a elaboração da autobiografia intelectual inevitavelmente conduz ao confronto com o início de nosso próprio assujeitamento, revelando a complexa teia de influências que nos moldaram. É um convite à reflexão sobre a verdadeira origem de nossas ideias: são genuinamente nossas, ou são meramente o reflexo do que foi ensinado, lido e absorvido ao longo da vida?.

¹ **Manuel Gonzales Garcia** (1877 - 1940), nasceu em Sevilha, é chamado de "Apóstolo da Eucaristia" e foi canonizado pelo Papa Francisco, em 2016.



Na psicanálise lacaniana, o assujeitamento é compreendido como estrutural e inevitável. É na entrada da linguagem, no campo do Outro, que o sujeito se constitui, sendo compelido a se submeter à ordem dos significantes e às leis do simbólico. Esse processo, embora nos torne humanos, também nos torna divididos e marcados pela falta. A falta constitui a condição de ser sujeito, uma vez que nenhum significante pode nos nomear por completo, com a entrada no simbólico nos afastando da plenitude imaginária, imergindo-nos em um estado de desejo perpétuo pelo que foi perdido. Somos, segundo Nasio (1997) desde sempre, sujeitos do inconsciente, falados pela linguagem, capturados na rede dos significantes e, portanto, permanentemente divididos entre o que se diz e o que de fato se é. O trabalho analítico debruça-se precisamente sobre essa divisão, buscando dar voz ao que foi silenciado, ressignificar o que foi imposto e criar uma margem de liberdade onde, anteriormente, havia apenas determinação. O objetivo não consiste em eliminar o assujeitamento, mas em capacitar o sujeito a lidar com ele de forma consciente e menos alienada. A clínica psicanalítica, nesse sentido, apresenta-se como o espaço onde o sujeito pode escutar o que há de Outro em sua própria fala e, ao fazê-lo, deslocar-se da posição passiva de assujeitado para um lugar de maior escuta e, possivelmente, de autoria.

Para ilustrar a universalidade e a inevitabilidade do assujeitamento, podemos recorrer a figuras emblemáticas da literatura, como Tarzan² e Mogli³. As lendas dessas personagens evidenciam como o ser humano é assujeitado por seu ambiente, seja na selva habitada por macacos ou entre os lobos. A história de Tarzan e Mogli não se restringe à mera sobrevivência na natureza, mas versa sobre a constituição da identidade em um contexto simbólico. Mesmo na ausência de um ambiente social, ideológico, discursivo ou de ideias humanas, o Outro sempre existirá para assujeitar o homem, e sem ele, a própria sobrevivência pode não ser possível.

Tarzan, por exemplo, que nasce com a capacidade de falar e de caminhar ereto, pois é humano, é assujeitado pelo ambiente onde cresceu, aprendendo as leis da selva e a linguagem dos macacos, que se estabelecem como seu Outro. A comunidade dos macacos representa o Outro, fornecendo-lhe linguagem, regras e normas de

² **Edgar Rice Burroughs** (1875 - 1950) foi um escritor norte-americano, criador do personagem Tarzan, cuja primeira aparição se deu no romance *Tarzan of the Apes*, publicado em 1912. A obra tornou-se um ícone da literatura de aventura e simboliza, entre outros temas, a tensão entre natureza e civilização, contribuindo para reflexões sobre identidade, linguagem e pertencimento.

³ **Rudyard Kipling** (1865 - 1936), autor britânico nascido na Índia, é o criador de *Mowgli* (Mogli), personagem central de *The Jungle Book* (*O Livro da Selva*), publicado em 1894. A obra, escrita em forma de contos, trata da vida de um menino criado por lobos, explorando relações entre o humano e o animal, natureza e cultura, bem como os pactos simbólicos que regem a vida em comunidade.



pertencimento. Ao encontrar humanos, Tarzan é novamente assujeitado ao Outro, desta vez o inglês-vitoriano, tendo seu Eu cindido em três: ora selvagem, ora civilizado segundo a conduta europeia do século XIX, mas nunca atingindo seu Eu original. O mesmo se observa com Mogli, cuja entrada no simbólico ocorre por meio da alcateia, com suas leis, pactos e hierarquias. Uma vez que não há sujeito fora do campo do Outro, este não precisa ser necessariamente a sociedade humana civilizada; é a estrutura simbólica – seja qual for – que organiza a realidade, produz sentido e estabelece os lugares do desejo. O assujeitamento, embora para muitos seja desconcertante, não é uma opção. Onde houver estrutura de linguagem, haverá simbólico, regras, assujeitamento e, conseqüentemente, sobrevivência psíquica. O assujeitamento é, portanto, a condição essencial para que o ser humano se torne sujeito e possa viver em comunidade. A tentativa de evadir-se do assujeitamento constitui uma ilusão, pois a ausência de um Outro simbólico nos conduziria a um estado de desamparo e desorganização psíquica.

Um último movimento a esse respeito nos remete à lenda de Kaspar Hauser⁴. Assim como Tarzan e Mogli, Kaspar nasceu humano, mas, sem o assujeitamento ao Outro, não pôde constituir-se como sujeito humano. Sua história dramatiza a proposição de Lacan (1985) de que "o sujeito é um efeito da linguagem e da cultura; ele é falado antes de falar". O assujeitamento, na perspectiva lacaniana, é da ordem da sobrevivência simbólica. Sem ser nomeado, sem estar inserido em uma rede de significantes, o ser humano não consegue se estruturar como sujeito e, possivelmente, nem mesmo sobreviver biologicamente. Embora Lacan não tenha se referido diretamente a Kaspar Hauser, Tarzan ou Mogli, sua teoria permite afirmar que o fracasso ocorre ao tentar existir fora do campo do Outro. Sem acesso à linguagem simbólica, sem espelhamento no desejo do Outro e sem nomeação, lei, interdição ou cultura (Superego), Kaspar existia meramente como um *self* bruto, pré-simbólico, onde a subjetividade não pôde se formar de modo estruturado. Não havia o sujeito, apenas uma alma em potência, envolta por um corpo biológico. Somente com o contato com o mundo social ele começou a esboçar um processo de assujeitamento e, conseqüentemente, de subjetivação. Essa leitura, embora possa parecer excêntrica, amplia a compreensão do assujeitamento e

⁴ **Kaspar Hauser** (1812? - 1833) é uma figura enigmática da história alemã, cuja vida inspira debates entre a realidade histórica e a lenda. Apareceu em Nuremberg, em 1828, afirmando ter vivido toda a infância em total isolamento, sem contato humano significativo, sem linguagem e sem socialização. Sua história, marcada por mistério e teorias conspiratórias, tornou-se um símbolo trágico da ausência do Outro. Kaspar ilustra, de forma dramática, que sem inserção no campo simbólico — sem nomeação, afeto, lei e linguagem — o ser humano não se constitui como sujeito. Sua trajetória foi tema de estudos filosóficos e psicanalíticos, além de obras literárias e cinematográficas, como o filme de Werner Herzog: *O Enigma de Kaspar Hauser* (1974).



conecta Lacan a uma visão mais universal da condição humana. A lenda de Kaspar Hauser é, portanto, uma demonstração trágica e poderosa da necessidade do Outro para a nossa própria existência como sujeitos. Sem o Outro, a insignificância simbólica, o caos e a ausência de sentido seriam o destino.

Se o sujeito é, como vimos, sempre um efeito do discurso do Outro, é imperativo reconhecer que esse Outro não é singular, mas múltiplo. O sujeito, uma vez assujeitado, é constituído pelas marcas do Outro, um vasto campo simbólico que inclui pais, familiares, instituições, discursos sociais, ideologias e normas. Diversas vozes atravessam o sujeito: o Outro parental, o Outro social, o Outro institucional, o Outro ideológico. Em cada etapa da vida, novas camadas discursivas são sobrepostas ao Eu, formando uma espécie de "véu" simbólico entre o sujeito e sua verdade mais íntima. O Ego, ou, como proposto por Winnicott (1983), o "falso *self*", emerge como resultado dessas determinações, recoberto

Esse véu, por vezes, confunde-se com a própria identidade do sujeito, que passa a acreditar ser aquilo que o Outro lhe impôs. Assim, manifesta-se como o filho que deve ser exemplar, o profissional que deve ser bem-sucedido, o homem que deve ser forte ou a mulher que deve ser resiliente, identidades que, embora funcionalmente sociais, frequentemente encobrem a autenticidade do indivíduo. Sob esses véus, o sujeito pode viver por anos sem contato com sua dor, seu desejo ou sua história real, vivendo na base do "que deve ser". A alma humana, nesse sentido, torna-se uma espécie de sítio arqueológico, com sedimentos de outras existências sobrepostas ao seu núcleo original. Nesse contexto, a psicanálise emerge como a disciplina que oferece as ferramentas para essa escavação, com o psicanalista atuando como o arqueólogo da alma, e o paciente, tanto objeto de estudo quanto seu próprio escavador.

3. METODOLOGIA

Este artigo propõe uma reflexão aprofundada sobre o assujeitamento e os caminhos para a transformação subjetiva, baseada na formação em Psicanálise Clínica do autor e em sua experiência de autoanálise. A metodologia adotada envolve um diálogo multidisciplinar entre a teoria psicanalítica e reflexões filosóficas e antropológicas, buscando uma compreensão integrada e alinhada aos desafios contemporâneos.

A autoanálise do autor constitui um pilar metodológico central, servindo como solo reflexivo e clínico. Este processo é concebido como uma "escavação interior", na qual o próprio autor-psicanalista se posiciona como seu "melhor paciente". Tal



abordagem não é motivada por egoísmo, mas por uma necessidade ética imperativa de compreender as próprias resistências, defesas e conflitos, enfrentando os "buracos de angústia" pessoais e questionando certezas, lidando com a dor do reconhecimento do próprio assujeitamento. A autoanálise, nesse contexto, representa a "primeira trincheira de batalha pela autonomia" e o "primeiro passo para o desvelamento". Inspirada na prática de Freud, que ousou analisar-se diante da impossibilidade de manter seu próprio analista, a autoanálise exige um elevado grau de rigor, escuta e honestidade psíquica. Não se trata de uma mera racionalização de emoções, mas da capacidade de suportar o confronto com o que emerge quando a vigilância do Eu cede lugar ao inconsciente. Este trabalho solitário é fundamental para que o psicanalista possa efetivamente auxiliar o outro em sua jornada, sem que suas próprias questões interfiram no processo do paciente.

A metáfora do autor, a "arqueologia de si", é desenvolvida para representar o trabalho analítico necessário para acessar o Eu encoberto pelas camadas simbólicas e discursivas do Outro. Esta imagem propõe que o Eu não é algo dado, mas construído ou, mais precisamente, reconstruído, à semelhança do trabalho de um arqueólogo que pacientemente reúne fragmentos de uma peça antiga e valiosa a partir da escavação cuidadosa das camadas simbólicas acumuladas ao longo da vida. Foucault (2008), em seu projeto de genealogia e arqueologia dos saberes, já apontava para a necessidade de compreender a constituição dos discursos que moldam os sujeitos. No campo psicanalítico, essa escavação ocorre predominantemente pela fala. Muitas vezes, a análise revela que o sofrimento reside menos nos eventos traumáticos em si e mais na forma como o sujeito foi compelido a dar sentido a eles, conforme os discursos disponíveis. As narrativas internalizadas, como "não posso fracassar" ou "sou responsável por todos", atuam como amarras simbólicas que, embora constituam o sujeito, também o aprisionam. A "arqueologia de si" representa, portanto, um mergulho no inconsciente para descobrir os fundamentos da estrutura psíquica e os conflitos que se manifestam como sintomas. Este processo busca a verdade subjetiva, aquela que confere sentido à nossa história e liberta das amarras do passado, não uma verdade absoluta.

O *setting* analítico é concebido como o território privilegiado para essa escavação. Nesse espaço, a livre associação de ideias, a atenção flutuante, a neutralidade e a abstenção do analista, guiadas pela busca da verdade (as 5 bases da psicanálise), possibilitam a elaboração das resistências. A livre associação funciona como a pá e a



picareta do arqueólogo da alma, permitindo que os conteúdos reprimidos venham à tona. A atenção flutuante opera como a lente de aumento, capturando os detalhes mais sutis. E a neutralidade e a abstenção garantem que o campo de escavação não seja contaminado pelas projeções e desejos do próprio analista.

A experiência de autoanálise do autor delineou um caminho para vislumbrar frestas de liberdade subjetiva. No contexto da inevitabilidade do assujeitamento à linguagem e à cultura do Outro, existindo como sujeitos barrados, faltosos e alienados aos significantes que nos nomeiam, a autoanálise se estabelece como a primeira trincheira de batalha pela autonomia. Uma das contribuições metodológicas autorais, surgida da autoanálise para o ordenamento da racionalização, é o método das "Semanas Santa Marta" (focadas em ações práticas, trabalho e execução) e "Semanas Santa Maria" (dedicadas à reflexão, estudo e amadurecimento das decisões a serem tomadas). Esta estratégia, embora pareça uma engenhosa divisão do tempo, demonstrou-se eficaz no controle da racionalização, pois ao focar na execução das ideias previamente refletidas, a mente se desvincula da racionalização, que prospera na indecisão e na inação. A arqueologia de si, assim, não é apenas uma metáfora poética, mas uma prática rigorosa de autoconhecimento radical, que reconhece a presença do Outro em si, mas insiste em encontrar um traço singular, um ponto de verdade, um nome próprio.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de escavação do Eu – do autor ou de qualquer pessoa que passe pela busca do inconsciente – a investigação se depara com os mecanismos de defesa (MD), compreendidos como ações inconscientes do Ego, acionadas para evitar que conteúdos indesejados ou dolorosos emergjam à consciência. Mesmo no âmbito da autoanálise, é imperativo reconhecer e considerar a influência desses mecanismos, pois atuam como guardiões da psique. O objetivo não é sua eliminação, dado seu papel crucial na proteção contra excessos e na manutenção de uma coerência psíquica mínima, mas sim seu ordenamento e controle, de modo que suas manifestações não bloqueiem o acesso às causas do sofrimento psíquico.

O recalque, por exemplo, manifesta-se quando um desejo, pensamento ou lembrança, considerado inadmissível pelo Ego, é impulsionado para o inconsciente. Ali, todavia, esses elementos não desaparecem, apenas tornam-se inacessíveis à consciência, retornando, subsequentemente, como sintoma – quer seja como sofrimento psíquico (neurose ou obsessão cognitiva) ou corporal (histeria ou somatização). A fábula de



Pinóquio⁵, em analogia, ilustra o crescimento, ao mentir, de seu nariz, como uma histeria ou somatização, onde a pulsão de mentir (Id) se manifesta fisicamente, envergonhando-o (Ego), a despeito dos esforços do Grilo Falante (Superego). O cerne do problema não reside no recalque em si, mas na falta de conscientização do boneco-sujeito acerca dos prejuízos de seus atos. Diferentemente da crença leiga que sugere uma derrubada de limites, a psicanálise não estimula a satisfação irrestrita de desejos. Ela, ao invés disso, proporciona um espaço para que o paciente examine seu desejo e, com o suporte do psicanalista, compreenda a real motivação do que deseja. No momento em que essa compreensão (consciência) ocorre, e o desejo deixa de afetar o paciente de forma sintomática. A verdadeira "cura" não se alcança por soluções simplistas como "liberte-se do seu recalque, entregue-se ao seu desejo e seja feliz", pois a felicidade, conforme ensina Agostinho (1990), é a "posse habitual de um bem-querido, em reta ordem" e, na maioria das vezes, por observações do cotidiano, o que se deseja leva ao sofrimento.

Entre os mecanismos de defesa descritos por Freud, a racionalização ocupa uma posição particularmente insidiosa. Ao contrário de defesas mais evidentes – como a negação, a repressão ou a projeção – a racionalização apresenta-se sob a aparência da lógica, da coerência, do discurso bem estruturado. Ela opera como a razão a serviço da defesa: justifica, explica e organiza os afetos e desejos recalcados de modo a torná-los socialmente aceitáveis ou, no mínimo, palatáveis para o próprio Ego. No âmbito clínico, a racionalização se manifesta como uma resistência sofisticada, expressa em discursos como: "Não estou magoado, só achei desnecessário", ou "Não é que eu tenha medo, apenas prefiro manter o controle", ou ainda "Se aquilo aconteceu, é porque precisava acontecer, não me afetou". Esses discursos não constituem mentiras deliberadas, mas sim tentativas do Eu de preservar sua estabilidade frente a uma realidade ameaçadora. A racionalização, assim, cria um véu argumentativo entre o sujeito e seu sofrimento, mantendo o afeto à distância, não por ter sido simbolizado, mas por ter sido revestido de uma explicação que o torna inofensivo. Contudo, como bem observou Freud, aquilo que é expulso como irracional retorna no corpo, nos sonhos, nos sintomas, nos lapsos.

A autoanálise do autor revelou que a racionalização excessiva pode tornar a vida psíquica insuportável, gerando sentimento de culpa e ansiedade. Este mecanismo, em sua faceta mais destrutiva, transforma o sujeito em um "malabarista mental",

⁵ Personagem criado por Carlo Collodi, pseudônimo de Carlo Lorenzini, na obra *Le avventure di Pinocchio*, publicada originalmente em 1883.



justificando a inação, a procrastinação e a perpetuação de padrões de sofrimento. Na busca pelo ordenamento desse mecanismo, o autor desenvolveu o método autoral já mencionado das "Semanas Santa Marta" e "Semanas Santa Maria". Essa estratégia, focando na execução das ideias (Semana Santa Marta) previamente refletidas (Semana Santa Maria), demonstrou-se surpreendentemente eficaz para controlar a voz da racionalização. A mente, ao se engajar na execução, desapega-se da racionalização, que perde espaço e poder de atuação, pois onde impera a ação, há menos espaço para o pensamento obsessivo (neurose). O constante ato de racionalizar sem limites conduz à inação da mente e do corpo, alimentando vícios mentais e comportamentais como a acídia (desgosto pela ação), a tibieza (falta de entusiasmo) e a pusilanimidade (falta de coragem). A superação desse estado passivo exige uma disciplina ativa, uma ascese psíquica.

O ordenamento da racionalização com o método autoral resultou na redução significativa de diversos pensamentos obsessivos, combatendo síndromes e sintomas como ansiedade, baixa autoestima e pensamentos de autossabotagem. Esse alinhamento mental estanca a perda de energia vital e proporciona o importante ganho de trazer a mente para o tempo presente, evitando a fixação no passado ou a projeção no futuro, pois, como afirma Lewis (2017), "somente no presente que tocamos o eterno". Com o tempo, essa organização tornou-se natural, e até a comunicação oral do autor beneficiou-se, tornando-se mais simples e fluida pela eliminação da busca por palavras eloquentes ou para impressionar, um hábito que, no fundo, era uma forma de racionalizar a própria insegurança. A racionalização, assim, demonstrou ser um sintoma de um narcisismo fragilizado que busca uma imagem de perfeição para esconder uma profunda insegurança. O trabalho de autoanálise – escavação do inconsciente – nesse sentido, permitiu uma reconstrução do Ego sobre bases mais sólidas e autênticas.

Do ponto de vista clínico, lidar com a racionalização exige escuta atenta e intervenção precisa. Não se trata de confrontar o sujeito com sua falsa razão, mas de permitir que ele escute o que sua própria lógica tenta ocultar. Frequentemente, uma pequena fissura no discurso – uma palavra deslocada, uma emoção inesperada, um silêncio estranho – constitui o ponto de acesso ao afeto recalcado. O analista, então, não se posiciona como aquele que detém o saber, mas como aquele que escuta para além da razão. É pela repetição do discurso, pelo vacilo da fala, pelo tropeço do significante que se revela o que estava sob a superfície. E, quando isso ocorre, o sujeito se depara com algo que não pode mais explicar, mas apenas sentir, elaborar e, com o tempo,



transformar. A racionalização é um mecanismo legítimo e necessário em muitos momentos para que o sujeito possa sobreviver às contingências da vida. Contudo, torna-se sintomática quando impede o contato com a dor, com a perda, com a falta – e, portanto, com o desejo. Ao sustentar a escuta desse ponto, a análise permite que o sujeito não precise mais justificar tudo, mas possa simplesmente dizer: "isso me afeta, mesmo que eu não saiba explicar porquê".

A clínica psicanalítica, em sua essência, não oferece soluções prontas, respostas ou receitas, mas, sim, escuta. Escutar, na perspectiva analítica, transcende o mero ouvir: é sustentar o silêncio necessário para que o sujeito fale e, ao falar, se escute. A palavra, quando proferida com autenticidade, possui uma potência de deslocamento, capaz de inaugurar um novo lugar de enunciação, ressignificar uma memória e fazer o sintoma vacilar. A análise configura-se como uma travessia, pois conduz o sujeito por territórios internos que ele próprio desconhecia, exigindo coragem para suportar o que ali se encontra. A clínica, nesse sentido, não é um espaço de conforto, mas de confronto – com a história, com o desejo, com a falta. Entretanto, não se trata de um lugar de violência: o analista não impõe, não interpreta de forma invasiva, nem dirige o processo, mas sustenta a escuta e aposta na palavra do sujeito.

Esse processo é transformador não por alterar o mundo exterior, mas por deslocar a posição subjetiva do analisando. O que antes parecia inominável gradualmente adquire linguagem. O que era vivenciado como destino passa a ser percebido como uma escolha possível. O que estava aprisionado no corpo encontra voz. E isso, mesmo que sutilmente, altera a vida. A escuta analítica opera como uma erosão simbólica das amarras que mantinham o sujeito identificado com seus sintomas. Ao permitir que o sujeito diga, repita, varie, duvide, fantasie e se escute, a clínica se torna um campo de criação subjetiva. Não se trata de curar no sentido convencional, mas de criar um novo modo de estar no mundo – mais autêntico, mais leve, mais livre. Essa travessia é singular para cada sujeito, sem mapa predefinido, tempo determinado ou meta externa. Existe, sim, o compromisso ético com a escuta e com a verdade que, progressivamente, emerge da fala. É nesse ponto que a análise se aproxima de uma forma de liberdade: não aquela conquistada externamente, mas a que se constrói na relação com a própria palavra, uma construção que demanda força, a ser desenvolvida como atletas exercitam seus músculos, porém, no interior da alma.

Observações empíricas sugerem uma musculatura psíquica deficiente naqueles que vivem no tempo presente. Muitos indivíduos julgam e interpretam situações, desde



as mais banais até as traumatizantes, mas frequentemente o fazem de forma inadequada. A carência de subsídios e de influências externas adequadas (educação, família, sociedade, religião, ideologias) resulta em sintomas como ansiedade, síndromes, transtornos, fobias e quadros mais graves como depressão ou psicoses. As pessoas não conseguem julgar adequadamente o que acontece consigo, com os outros e com a realidade, sofrendo por sobrecarregar-se com emoções desproporcionais, inclusive aquelas apreendidas ou recebidas do Outro. Não percebem o assujeitamento do inconsciente em seu Eu. Há um julgamento inadequado de si mesmos, de seu imaginário, simbólico e, conseqüentemente, de seu real. A psicanálise, portanto, convida a refinar essa capacidade de julgamento, a desatar os nós que impedem uma percepção mais clara da realidade. Julgar bem implica ter acesso ao máximo de elementos – dados e informações, como diriam estrategistas de mercado – para exercitar a virtude da justiça, que é "dar ao outro o que lhe é devido", em sua definição clássica. Ou seja, conferir ao caso vivenciado (problema, desejo, dor, desafio) o valor, peso e importância devidos, sem excessos ou faltas, em sintonia com a realidade e a natureza das coisas.

5. CONCLUSÃO

A incursão pelo tema do assujeitamento e dos mecanismos de defesa transcendeu um mero exercício teórico, configurando-se, sobretudo, como um profundo processo de escavação pessoal. O autor, nessa jornada, deixou de reconhecer-se como "autor de si", percebendo-se como sujeito falado e nomeado por palavras, marcas, desejos e faltas que o precederam, provenientes do Grande Outro e de Outros menores. A autoanálise revelou-se não como um luxo ou um passatempo intelectual, mas como uma necessidade ética e antropológica inegável para quem se propõe a escutar o outro. Ela impele ao reconhecimento das próprias limitações, vieses e pontos cegos, cultivando a humildade e aprimorando a eficácia na prática clínica.

A travessia analítica não se configura como uma jornada rumo à completude, mas como um movimento contínuo em direção à escuta do que falta, do que retorna e do que insiste. O sujeito, na psicanálise, não é um objeto a ser reparado ou otimizado, mas uma entidade a ser escutada em sua intrínseca complexidade, contradição e desejo. A partir das experiências aqui relatadas – tanto clínicas quanto formativas – tornou-se evidente que a constituição subjetiva perpassa, inexoravelmente, pelo assujeitamento à linguagem, à ideologia, ao Outro. No entanto, é precisamente nesse mesmo campo simbólico que o sujeito pode descobrir brechas de liberdade. A metáfora da arqueologia



de si demonstra-se potente para conceber o processo analítico: não há revelação instantânea, mas uma escavação paciente, um confronto com camadas antigas e uma reelaboração constante. O verdadeiro *self* não é uma entidade pura a ser resgatada, mas um núcleo em permanente movimento, incessantemente atravessado por significantes e, ainda assim, capaz de produzir sentidos novos.

O conceito de autoanálise, resgatado da prática freudiana e experimentado pelo autor, embora não substitua a análise tradicional, aponta para a possibilidade de sustentar um olhar clínico sobre si mesmo, tanto dentro quanto fora do setting. As reflexões propostas neste artigo manifestaram-se e continuam a manifestar-se concretamente na vida do autor. O trabalho de autoanálise, supervisionado e compartilhado com pares, é a única garantia de que o psicanalista não se torne um mero repetidor de teorias, mas alguém que, de fato, compreendeu em sua própria pele a dor e a beleza do processo analítico.

Ao ocupar o lugar que "a cada um Deus mostrou", abrimos não apenas a escuta do outro, mas as portas e janelas do próprio inconsciente. Se o assujeitamento é inevitável, a escuta é libertadora. Por fim, a clínica foi apresentada como um espaço ético e poético: ético por fundamentar-se no respeito à palavra do sujeito; poético por acreditar na potência criadora dessa mesma palavra. Nenhuma técnica substitui a escuta, nem manual pode antecipar o que virá. Existe, sim, o compromisso de sustentar a transferência, acolher o silêncio, escutar a repetição e apostar que, em meio à dor, ao vazio ou ao sintoma, o sujeito pode – se quiser, se puder – encontrar-se consigo mesmo.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus*. Tradução de Oscar Paes Leme. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

ANDRADE, Cleyton Sidney de; MARIZ, Inácio Antônio Silva de. A sujeição como processo paradoxal de poder: da constituição psíquica à ética do desejo. *Ágora* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 192-202, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/JKFw4BK4BGg9zpmbcqvmKC/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2025.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.



AVENTURAS NA HISTÓRIA. Abandonado a vida inteira em um calabouço: a lenda de Kaspar Hauser. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/abandonado-a-vida-inteira-em-um-calabouco-a-lenda-de-kaspar-houser.phtml>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BÍBLIA. Êxodo, capítulo 3, versículo 14. Bíblia Ave-Maria. Disponível em:

<https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/exodo/3/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CARVALHO, Olavo de. O Imbecil Coletivo. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_____. Olavo de. Rastreamento a origem das ideias: lições de Olavo de Carvalho. Disponível em: <https://olavete.com.br/origem-ideias/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ESCOLA DE PSICANÁLISE DE CURITIBA (EPC). Aulas do Módulo 7: Teoria de Lacan. Aulas 3 a 30. Disponibilizadas em formato online e assíncrono. Janeiro de 2025. Arquivo pessoal de anotações do autor.

FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREUD, S. O Ego e o Id. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Recordar, Repetir e Elaborar. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. O Seminário, Livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LEWIS, C. S. *Cartas de um diabo a seu aprendiz*. Tradução de Gabriele Gregerson. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2017.

NASIO, J.-D. O Inconsciente, Uma Introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

WINNICOTT, Donald Woods. O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.